

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**
9912271704-DR/PR
SENAR

-----CORREIOS-----

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1232 - 09/09/2013 a 15/09/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

ÁGIDE:

**PEDÁGIO REDUZIDO,
RODOVIAS MELHORADAS**

INFRAESTRUTURA

.....
Promessas,
promessas,...

BELEZA BOVINA

.....
O fino trato
às campeãs

HISTÓRIA

.....
Jingles
eleitorais

Aos Leitores



Vive-se hoje uma segunda CPI no âmbito da Assembleia Legislativa, enquanto o Governo do Estado que criou a Agência Reguladora de Serviços Concessionados (Agepar), aguarda ainda para este mês a entrega dos resultados de uma auditoria feita pela FIPE (Fundação de Estudos Econômicos). Com esses dados se buscará uma solução equilibrada para os pedágios, onde não se descarta a prorrogação do prazo dos contratos das concessionárias e muito menos a duplicação de importantes e críticos trechos de rodovias no estado. Como diz a capa deste Boletim, para a FAEP, o mais importante é que as rodovias sejam melhoradas e que o custo do transporte dos produtos da agropecuária seja reduzido". Nesta edição estão abordados ainda temas como tecnologia na suinocultura, a dificuldade de seguro aos fruticultores e os tratos das vacas campeãs. No terreno mais ameno rememora-se alguns históricos jingles de campanhas eleitorais. Como o de Jânio Quadros - o "Varre, varre vassourinha/Varre, varre a bandalheira". Foi varrido da presidência...

Índice

Nunespar	03
Pedágio	04
Infra/Logística	06
Beleza Bovina	08
Opinião	12
Suinocultura	14
Bolsa de Chicago	16
Fruticultura	20
Cafeicultura	23
História	24
Notas	26
Silos/Armazéns	27
Eventos Sindicais	28
ITR/Notas	29
Via Rápida	30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Lineu Filho, Milton Dória, Arquivo FAEP e Ademil Dardeng

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

A posse da nova diretoria do Nurespar

Ivo Pierin sucede a Guerino Guandalini no Núcleo Norte/Noroeste



O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, participou do evento em que a nova diretoria do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar) tomou posse no sábado (31). A solenidade foi realizada no Rotary Clube de Paranavaí, quando o presidente do Sindicato Rural de Paranavaí, Ivo Pierin Júnior, assumiu a presidência do Núcleo sucedendo a Guerino Guandalini, presidente do Sindicato Rural de Astorga, que ocupou o cargo por 24 anos.

O Nurespar reúne 25 sindicatos rurais da região. Segundo Pierin, o objetivo da nova gestão é fomentar o trabalho conjunto dos sindicatos, desenvolvendo ações de parceria e intercâmbio de informações. O objetivo, segundo o novo dirigente, é buscar novas alternativas para o desenvolvimento do agronegócio na região, e também soluções para a infraestrutura. “Temos carência de ferrovias, não estamos contemplados nos planos de expansão. Também queremos duplicação na BR 376”, afirmou.

Os municípios que integram o Nurespar têm forte desempenho no mosaico agropecuário paranaense e, segundo Pierin, a região também tem uma vocação natural para produção de frutas e seringueiras. “Cada município tem uma característica, temos várias diferenças, mas vamos tentar alinhar ações conjuntas, para fortalecer os produtores”, afirmou.

As presenças

Participaram da cerimônia de posse os prefeitos de Paranavaí, Rogério Lorenzetti; Amaporá, Mauro Lemos, e de São João do Caiuá, Carlos Maia, além do prefeito de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, Roberto Hashioka, que na ocasião fez uma palestra sobre a integração logística entre os dois Estados, que traria diversos benefícios para o agronegócio na região.

Também fizeram palestras durante o evento o representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) do Paraná, Carlos Costa e o produtor Demerval Silvestre, do Sindicato Rural de Paranavaí.

Participaram da cerimônia os vereadores de Paranavaí, Josival Moreira e Claudemir Barini, o deputado estadual Teruo Kato, o presidente da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, Tércio Bastos, o chefe da regional da Seab, Rui Cerqueira, e o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Nelson Travain.

Estiveram presentes representantes dos sindicatos rurais dos municípios de Maringá, Paranavaí, Marialva, São João do Caiuá, Sabáudia, Alto Paraná, Nova Londrina, Astorga, Cambé, Colorado, Jandaia do Sul, Santa Cruz de Monte Castelo, Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Paranacity, Mandaguari, Terra Rica e São Jorge do Ivaí.

A FAEP e os Pedágios

Essa é a posição da Federação da Agricultura do Paraná sobre a questão das tarifas de pedágio e os contratos com as Concessionárias de Rodovias no Estado.



- Durante todos esses anos, a FAEP foi contra o preço exorbitante do pedágio, embora a favor da concessão como única forma de termos rodovias em condições de tráfego.

Logo após a implantação do pedágio, a FAEP, em conjunto com a Ocepar, o Setcepar, o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos, Fecomércio, Fetranspar, entrou com ação contra a cobrança em face do preço alto, ação essa que deu em nada em face da prevalência do contrato assinado pelo governo do Estado.

Entre o início da concessão até meados da década passada, foram feitos aditivos que deformaram o contrato inicial, criando impasses jurídicos e redução do volume de obras: os 885 km previstos de duplicação foram reduzidos para 487 km e obras de contorno de cidades e outras melhorias, suspensas.

O governo estadual passado fez duas tentativas desastrosas para estatizar o pedágio, que gerou novas ações contra o Estado.

Mais preocupado em politizar a questão do pedágio do que realmente resolvê-lo, o governo anterior simplesmente deixou de fazer a fiscalização e as auditorias indispensáveis para controlar a ação das concessionárias.

Neste período, a FAEP insistiu várias vezes para que o governo fizesse uma auditoria profunda nas concessionárias a fim de

“A FAEP quer apenas que as rodovias sejam melhoradas e que o custo do transporte dos produtos da agropecuária seja reduzido”.

estabelecer o equilíbrio econômico/financeiro que rege o regime de concessões. O mote sempre foi a abertura da “caixa preta”.

Como essa atitude displicente, o governo anterior deixou o Estado desarmado em relação a qualquer reivindicação – administrativa ou judicial – que permitisse um retorno às condições iniciais das concessões e uma redução das tarifas. Como não auditou, o governo não sabe se os investimentos feitos tiveram custos corretos, muito menos se as receitas das concessionárias foram corretamente contabilizadas.

Como o governo não controlou o tráfego nas praças de pedágio, não se sabe quantos caminhões e carros pagaram e, portanto impossível calcular a receita das concessionárias. O governo é, por isso, refém de números das próprias concessionárias.

“Para os produtores rurais - e para toda a economia – é desejável que as obras sejam realizadas o mais breve possível e que o preço do pedágio seja reduzido, não importa se os contratos sejam prorrogados, desde que atendam aos interesses paranaenses”.

A novidade no atual governo foi a implantação, em 2012, dez anos após criada em lei de 2002, da Agência Reguladora de Serviços Concessionados do Estado do Paraná (Agepar), um avanço que permitiu negociar com as concessionárias, algo até então difícil.

O Agepar contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para realizar uma auditoria e conhecer, na medida do possível, a quantas andam o cumprimento dos contratos, o que dá base para acelerar a obrigação das obras não realizadas.

Com os sucessivos aditamentos aos contratos, mudanças de regras e ações judiciais, as obras do Anel de Integração, além de serem reduzidas – de 885 para 487 km - foram postergadas. Faltam 9 anos para o final dos contratos e, mantidas as atuais condições, as obras devem ser realizadas no final.

O governo do Estado está negociando uma antecipação dessas obras para o início do próximo ano para completar a duplicação das rodovias do Anel e a construção de contornos e outras melhorias, além de uma redução no preço do pedágio.

Esse é um fato novo. Para os produtores rurais - e para toda a economia – é desejável que as obras sejam realizadas o mais breve possível e que o preço do pedágio seja reduzido, não importa se os contratos sejam prorrogados, desde que atendam aos interesses paranaenses.

O fato de serem mantidos os mesmos concessionários pouco importa. Se formos esperar mais oito a nove anos pelas obras e os preços atuais – anualmente corrigidos – de pedágio, o Paraná não terá vantagem alguma. A FAEP quer apenas que as rodovias sejam melhoradas e que o custo do transporte dos produtos da agropecuária seja reduzido.

Por isso, pouco interessa em trocar a concessionária “A” por uma nova concessionária “B”. Aliás, mantidas as mesmas concessionárias, com um novo contrato que seja bem “amarrado” e muito bem fiscalizado e auditado pela Agepar, o Paraná levará a vantagem de ter as obras de duplicação de rodovias antecipadas.

“Se Formos esperar mais oito a nove anos pelas obras e os preços atuais – anualmente corrigidos – de pedágio, o Paraná não terá vantagem alguma”.



Mais ação e menos conversa

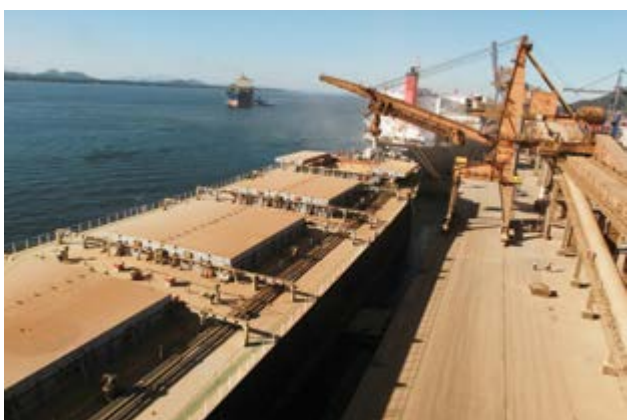
A infraestrutura e a logística emperradas

Em Paranavaí, diante dos produtores e líderes sindicais presentes na posse da nova diretoria do Norte e Noroeste do Estado, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, fez um balanço das ações da FAEP e SENAR-PR, complementada posteriormente com uma análise do comportamento e ações nas áreas de infraestrutura e logística.

Historicamente a FAEP vem lutando para a solução dessas questões, cujos dividendos beneficiam não somente os produtores rurais, mas a economia paranaense e do Brasil. Os problemas mais sérios ocorrem na área federal, onde viceja uma máquina burocrática, nebulosa que emperra a viabilidade e concretização de projetos. Ganham contornos nos papéis, recheiam discursos, mas daí não costumam sair.

O presidente do Sistema FAEP pontuou as grandes questões que emolduram esse cenário, onde ocorre uma sistemática repetição de promessas.

Porto



O Porto de Paranaguá é um exemplo, porque a dragagem da barra foi realizada depois de mais uma década. Mas o Ibama empatou, com o absurdo argumento que para autorizar a dragagem de evolução e do cais, era necessário contratar um empresa de lavagem de aves. Tal empresa não existe, porque ninguém vai investir para tirar eventual óleo de penas de gaivotas. Depois de muitas negociações, o Ibama liberou a licitação, mas o Porto está contratando uma instituição universitária para lavar os bichos.

A burocracia vai aumentar, porque a nova Lei dos Portos determina que todos os processos licitatórios (de todos os portos do país) devem ser analisados na Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ). O problema é que a tal ANTAQ tem dois funcionários para dezenas de portos nacionais que correm atrás de uma modernização que nunca chega.

Ferrovias

A FAEP contratou a Esalq/Log para um estudos sobre a relação de custos de fretes ferroviário/rodoviário no Estado. A constatação foi que o preço do frete cobrado pelas ferrovias - juntamente com o necessário suporte rodoviário - é superior ao rodoviário. O domínio dos trilhos no Paraná é da ALL, com exceção da Ferroeste (Cascavel-Guarapuava).

O governo federal vem prometendo a construção de novas ligações entre Maracaju (MS) e Paranaguá, mas por enquanto está mesmo só na promessa.



Rodovias

Na última edição da revista “Rodovias e Vias”, página 69, há um mapa do Paraná com uma cor reveladora: preta. Sobre o mapa negro alguns traçados rodoviários, nenhum novo, apenas pretensões que se arrastam a décadas (como a estrada Boiadeira, por exemplo) e manutenção de rodovias, “previstos” pelo governo federal, através

do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT).

O governo do Paraná negocia com as concessionárias a antecipação das obras e a redução do pedágio (veja pág. 04), a duplicação da rodovia entre Maringá-Umuarama-Guaíra, mediante uma PPP (Parceria Pública Privada).

Armazéns



A FAEP entregou à Seab-Pr um programa de incentivo à implantação de silos e armazéns em pequenas e médias propriedades (veja pág. 27.)

Terceirização

A FAEP acompanha em Brasília o projeto que permite terceirizar a mão de obra na produção final, que será examinado e finalmente votado pelo plenário da Câmara Federal. Dois exemplos clássicos na agricultura demonstram as dificuldades em terceirizar as colheitas: da mandioca e da laranja. Hoje, esses e demais produtores de diferentes culturas estão impedidos de contratar empresas de mão de obra para ajudar na colheita. A Cutrale foi alvo de uma multa milionária.

Frente Parlamentar



O presidente da FAEP manteve reuniões com a Frente Parlamentar da Agricultura, em Brasília, buscando soluções para:

- A liberação dos R\$ 700 milhões prometidos em junho passado, no lançamento do PAP 2013/14 para o seguro rural;
- Edição de Portarias para linhas de crédito (Moderfrota, Inovagro, Pronamp, Programa ABC, Prorenova).

Meio Ambiente



Na área ambiental, aguarda-se a aprovação das normas do Cadastro Ambiental Rural (CAR), pelo Ministério do Meio Ambiente, previsto no Código Florestal.

A FAEP e o SENAR-PR treinarão pessoal de sindicatos, prefeituras e demais interessados num verdadeiro mutirão para o preenchimento do CAR;

A FAEP obteve do governador Beto Richa a assinatura do decreto que acabou com o Sisleg, evitando assim que o produtor fosse obrigado a averbar a Reserva Legal.

Uso do Solo



O uso de grandes equipamentos que acabam avariando ou destruindo curvas de nível e um certo descaso pelo plantio direto está provocando erosão em muitas áreas. A FAEP propôs e o governo do Estado aceitou a realização de um programa para defesa do solo e uso de boas práticas. Resultado disso, no último dia 3, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) firmou parceria com frentes da agropecuária paranaense para a realização de uma campanha de conscientização e capacitação de técnicos e produtores em relação ao Manejo Integrado de Solos, Águas e Pragas (MIP), Doenças (MID) e Tecnologia de Aplicação na cadeia produtiva de grãos. A iniciativa tem como parceiros a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e o Sistema Ocepar. O objetivo é intensificar as ações de manejo integrado em todo o Estado com a unificação de conhecimento e estratégias.

A beleza e a elegância das campeãs

Vacas ganham tratamento de beleza durante exposições

Por Hemely Cardoso



As exposições se tornaram uma espécie de concurso de modelos. Por exemplo: para participar de uma feira e concorrer à premiação a vaca não pode estar acima do peso. A dieta é iniciada alguns dias antes do evento, porque o júri utiliza uma classificação de zero a cinco para avaliar as gordurinhas a mais das vacas.

Se alcançar uma nota entre 2 e 2,5 é sinal de que está na medida certa, caso tenha nota cinco, é classificada como “roliça”. É o que conta o preparador de vacas para exposições e produtor, Alessandro Dekkers, de Castro. “A vaca tem que estar igual a uma modelo e você formula uma dieta individual para cada uma e quanto mais conforto, melhor”, observa.

Há 20 anos trabalhando na área, ele conta que preparar o animal para participar de uma exposição não é uma tarefa nada fácil. Isso porque a vaca é um animal que gosta de rotina e qualquer mudança no dia a dia a deixa estressada. Por exemplo, o

horário da ordenha é diferente durante as exposições. Na propriedade normalmente ocorre três vezes ao dia, já no evento é feita de 12 em 12 horas. “Por isso, a gente leva as vacas alguns dias antes da feira começar para que elas não fiquem estressadas”, explica.

Dekker cobra um salário mínimo e mais despesas com alimentação por dia de trabalho. Contratado por apenas um produtor, geralmente toma conta de uma média de 15 animais durante uma exposição. Nos dias de feira, o batente começa às 4h30 da manhã e só termina perto da meia noite. “A responsabilidade é muito grande, você toma conta dos melhores animais da propriedade”, diz, acrescentando que geralmente contrata dois funcionários para tratar as vacas.

Além de ficar de olho na alimentação e nos outros tratamentos que garantem conforto ao animal, ele é o responsável pelo tosquiamento. Um animal bem tosquiado terá mais chance de

vencer e para cada parte do corpo há um corte ideal. Por exemplo, os pelos devem estar bem aparados na região do pescoço e mais ainda nos úberes. Depois do corte, o pelo é arrepiado e recebe escova especial, importada para fazer o trabalho. O spray fixador ajuda a manter o penteado e algumas vacas também recebem um pelo sintético, colocado para corrigir as falhas no dorso. Algumas também recebem tintura de pelo. A ponta do rabo é pintada de preto pra deixar a cor dos fios homogênea.

Além dos cuidados com a pelagem, a aparência dos úberes deve ser excelente: úbere anterior com inserção firme e suave no abdômen, úbere posterior extremante alto e largo, com ligamento forte, profundidade intermediária, com tetos bem colocados, cinco a sete centímetros de comprimento. Para não fazer feio na passarela, a vaca passa por um intenso treinamento e o mesmo cabresto utilizado durante o treino deve ser usado na apresentação. Quem treina os animais é a pessoa mais indicada para apresentá-los. “As vacas se apegam ao treinador”, revela.

Quando o assunto é banho, Dekker conta que as vacas adoram tomar banho. “Como não transpiram, acumulam muito calor e ficam relaxadas depois do banho”. No caso da raça holandesa, o ventilador é indispensável. Como o sangue é europeu, a vaca não suporta o calor. “O ideal é que a temperatura esteja abaixo de 20 graus, principalmente durante a primavera e o verão”, explica. O seu trabalho, ele resume: “A vaca é como o ser humano, não gosta que grite com ela ou corra atrás dela, por exemplo. Você precisa tratá-la bem”.



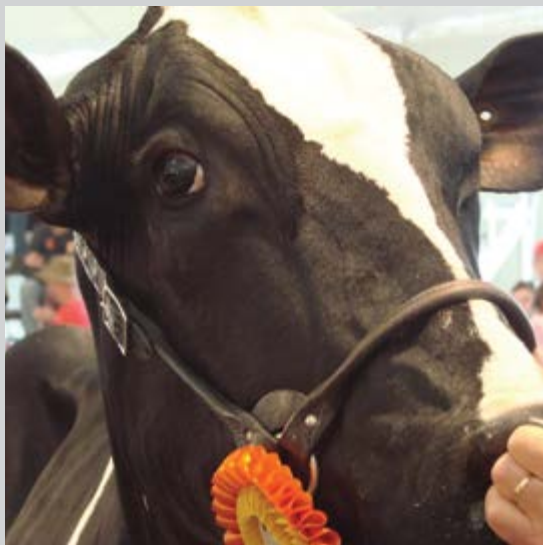
Diamantina

Comidinha na boca, uma baia limpa e exclusiva, cama fina de palha e um ventilador só para a vaca Diamantina Roca Goldwyn Tocha. O tratamento não poderia ser diferente ao animal que roubou a cena durante a exposição Agroleite, em Castro, no início de agosto. Tocha foi a grande campeã da exposição da raça holandesa

e a campeã suprema de todas as raças de gado leiteiro. “Tocha é uma vaca quase perfeita”, brinca o dono e produtor Dirceu Antônio Osmarini, de Arapoti.

Não é à toa que Tocha tenha chamado a atenção de quem passou pela feira, ela alcançou 93 pontos na classificação da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (ABC-BRH). Hoje é muito raro encontrar um animal com esta pontuação: há apenas três em todo o país. O primeiro nome Diamantina é o afixo da fazenda, Roca é o nome da mãe, Goldwyn do pai e Tocha é o seu nome verdadeiro. Com cinco anos já teve três partos e somente no ano passado produziu 12.675 litros de leite. “Ela já foi a grande campeã em Arapoti em 2012 e já foi vice-campeã em Castro. Por isso, recebe os cuidados de rainha”, justifica Osmarini.

Para manter o visual, banho uma vez por semana. Além disso, recebe um tratamento de beleza completo, com direito à manicure. “A grande preparação ocorre na véspera da exposição. A gente trabalha muito para que ela esteja esplêndida durante a exposição. Tem uma alimentação muito saudável e equilibrada, com uma nutricionista”, revela Dirceu. “Esse é o maior prêmio que um produtor pode ter, significa que estamos indo no caminho certo”, orgulha-se.



Curso

Com a duração de 24 horas, o SENAR-PR oferece o curso na área de bovinocultura de leite “Preparo de Animais para Exposição”. Durante o curso, o produtor vai aprender o be-a-bá de como selecionar os animais, fazer a tosquia e o jeito certo para apresentá-los durante as exposições. Está interessado? Procure o sindicato rural mais próximo ou acesse o site (www.sistemafaep.org.br/SenarPR/cursos.aspx).

Um Be-a-Bá para boa produção de leite



Altair Antônio Valloto, médico-veterinário e superintendente da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), dá 10 dicas de como o produtor pode melhorar a produção de leite.

1ª – Conhecimento:

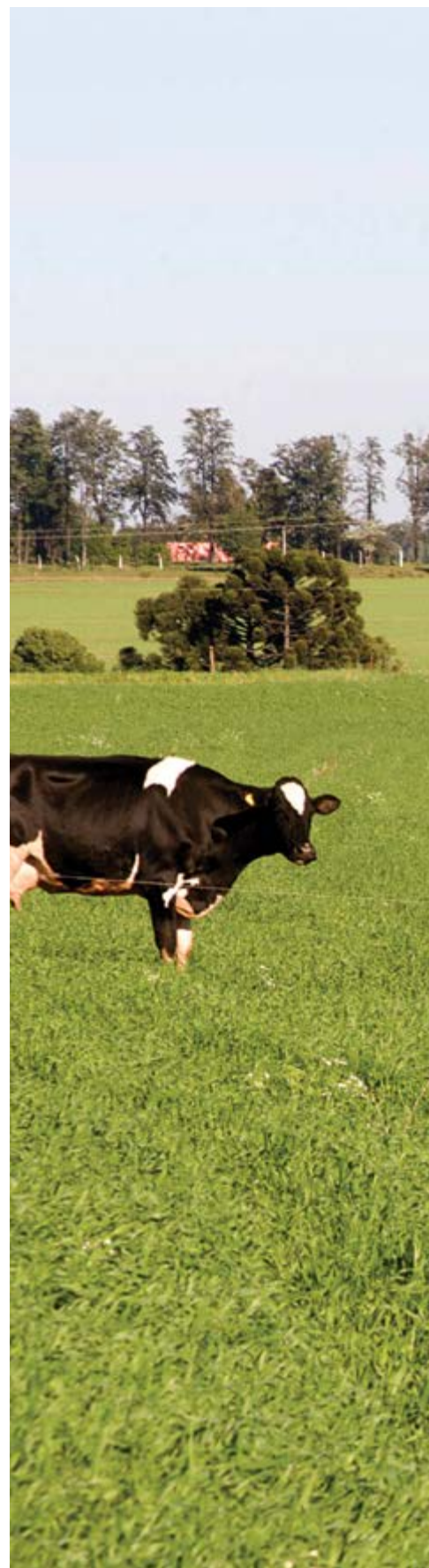
O produtor deve ter uma visão geral do negócio para poder fazer um planejamento e melhorar o seu negócio. Por exemplo, qual a capacidade de produção de leite na propriedade? Quantos animais (jovens e adultos) são possíveis na área que ele tem? Quem irá comprar o produto? Quantos litros de leite irá produzir? Quais são as projeções de crescimento? Quais são metas? Produzir um leite com 200 mil somáticas ou 600 mil células somáticas? É fundamental que ele busque conhecimento, sempre. Quando comecei trabalhar na APCBRH há 17 anos, produzir uma média de 25 litros de leite por dia significava boa produção. Hoje temos produtores com uma média de 40 litros por dia. As novilhas davam o primeiro parto (cria), com 34 meses de idade, agora estão parindo com 23 meses de idade com um peso de 560 quilos por peso vivo (raça holandesa). Para podermos estudar em uma faculdade, tínhamos que sair de casa e morar distante. Atualmente o que não falta é formas de se capacitar com cursos gratuitos como os do SENAR-PR, Sebrae, entre outros.

2ª – Alimentação

Antes de comprar os animais ou se já trabalhamos com a atividade leiteira precisamos fazer um planejamento forrageiro ao longo de cada ano. Temos que ficar de olho na quantidade da alimentação necessária aos animais. Este item é o maior custo do negócio, varia de 40% a 55% do total do custo de produção. O produtor deve avaliar qual o tipo de pastagem é ideal para a região dele, os riscos de geadas, se vai precisar fazer silagem, entre outros. Além de produzir os alimentos, precisa saber a qualidade do que produziu como, por exemplo, a silagem de milho? Quanto tem de proteína? Qual é a qualidade do feno? As vacas leiteiras produzem mais e melhor se submetidas a dietas balanceadas corretamente. Fornecer alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todo o rebanho durante o ano inteiro é fator essencial para o êxito da atividade.

3ª – Higiene

A pessoa responsável pela ordenha deve ficar atenta em todos os procedimentos que a tarefa exige. Por exemplo, lavar as mãos e mantê-las limpas durante toda a ordenha e, se possível, usar luvas de borracha. O ordenhador deve ter boa saúde, unhas cortadas, utilizar roupas e botas limpas e não tocar em partes do animal que não sejam os tetos. Se as vacas estiverem com o úbere sujo de esterco ou lama, lavar somente os tetos com sabão e água corrente. Imergir os tetos em solução desinfetante antes da ordenha, deixando a solução agir por aproximadamente 30 segundos antes de secar com papel toalha.





4ª – Gestão do negócio

Se você não sabe onde está, como vai chegar a algum lugar? O produtor deve anotar todos os eventos que ocorrem no dia a dia. Por exemplo, que dia a vaca deu cria? Quando ela foi coberta ou inseminada? Qual é o peso da produção de leite uma vez por mês? Sem estes dados não há como fazer uma boa gestão do negócio.

5ª – Assistência técnica

Seja pública ou privada, a assistência técnica é fundamental principalmente nas áreas de reprodução e nutrição. Hoje temos inúmeros profissionais nestas áreas, porém muitos criadores ainda acham que é um gasto desnecessário. Pelo contrário é o melhor investimento que o produtor pode fazer. Sabemos que há um custo, mas temos que ter criatividade, reunir um grupo de criadores e contratar um profissional, formar associações ou reivindicar apoio junto às indústrias, cooperativas e órgãos do governo municipal e estadual. Temos inúmeras iniciativas que estão dando certo.

6ª – Conforto e bem-estar para os animais

Como o animal vai produzir muito leite, se ele não tem água suficiente para beber, alimento para crescer, reproduzir e produzir? Há sombreamento para a vaca durante as horas mais quentes do dia? Por exemplo, cada vaca precisa de uma área entre 4 e 5 metros quadrados de sombreamento. Um bom indicador de conforto e bem-estar animal é a contagens de células somáticas individuais do animal. Se indicar 200 mil células somáticas, pode estar em desconforto e com baixa imunidade. O ambiente precisa oferecer conforto ao animal, pois, sem isso, mesmo que a vaca esteja bem nutrida, livre de enfermidades e com infestações de parasitas controladas, reduz a produção. Podemos definir conforto como um local seco e limpo para repousar, sombreado e arejado, com ponto de água de qualidade o mais próximo possível e de fácil acesso.

7ª – Sanidade animal

O produtor tem feito regularmente as vacinas de brucelose? E como anda os exames de tuberculose dos animais? Está é uma situação grave, será que nossos filhos, amigos, não estão tomando leite com tuberculose? Temos que ter muito cuidado porque as duas doenças são zoonoses, quando os animais estão doentes e passam as doenças para o homem.

8ª – Inseminação artificial

Qualquer sêmen é melhor que qualquer touro da propriedade, sem contar que no lugar de um reprodutor você pode ter mais duas vacas. A utilização da inseminação artificial é uma técnica muito importante e barata para aumentar a nossa produção. Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) mostram que apenas 37% dos produtores utilizam este método.

9ª – Não fique preso à propriedade

O produtor tem que ficar de olho em como os outros estão produzindo. Participar de dias de campo, palestras e visitar propriedades para melhorar a sua produção.

10ª – Orgulho

O produtor tem que ter orgulho do trabalho, lembrar-se quantas crianças está alimentando. Sem contar na oportunidade de ver uma bezerra nascer.

Impactos do cenário econômico na agricultura

Por *José Roberto Mendonça de Barros

O agronegócio continuará crescendo nos próximos períodos. Entretanto, o cenário a ser enfrentado será um pouco mais difícil. Destaco a seguir os pontos que me parecem mais importantes:

Desvalorização do real



1 - Os EUA vão liderar a recuperação econômica mundial, voltando a crescer sem inflação. Com isso, o dólar continuará a se valorizar frente às moedas emergentes, os juros voltarão a subir e o país vai liderar a atração do fluxo de capitais. Não é fora de propósito a taxa do papel do Tesouro de dez anos atingir 3% até o final do ano.

Para nosso país, a implicação é evidente: continuará a tendência de desvalorização do real e de elevação do custo do crédito para o Brasil. Esse último fator deverá ser reforçado pela provável redução na nossa classificação de risco nos próximos meses. Ressalto que o Brasil continuará com o grau de investimento, apenas no piso mínimo.

Xisto e petróleo



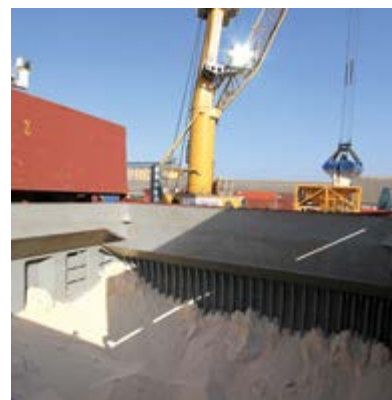
2 - A revolução colocada pelo gás de rocha vai implicar na autossuficiência energética dos EUA até 2020. Com isso, existirá uma tendência à queda de preços do petróleo, assim que o risco político do Oriente Médio se reduzir. Implicações mais importantes desse fato para o agronegócio: o custo de transporte internacional deve cair, bem como o de fertilizantes nitrogenados. Entretanto, o custo do transporte interno seguirá dependendo do controle de preços do diesel. Neste ano, como se sabe, os fretes explodiram pela combinação da elevação nos preços do diesel, pela Lei do Caminhoneiro e pela calamidade do sistema logístico nacional. Dada a desvalorização do real, o transporte local não irá se reduzir.

Crescimento chinês

3 - O rebalanceamento da economia chinesa implica numa redução do crescimento do país, para a faixa de 6,5% - 7,5%. Nes-

as condições, a demanda de petróleo e alimentos deve se manter positiva, embora o super-ciclo de commodities não exista mais. Além disso, o coeficiente de importações de alimentos da China deve continuar a crescer lentamente, especialmente por crescentes importações de milho e, logo mais adiante, de carnes.

Fertilizantes



4 - O cartel do potássio se rompeu. A empresa russa Uralkali rompeu com a Belaruskali e decidiu vender o produto mais barato. As duas companhias representavam juntas algo como 45% da oferta global. Os preços desse nutriente devem cair logo, passando de US\$ 400 para algo como US\$ 300. "Não é possível fazer hedge de custo de transporte e de atraso no embarque de navios"

Cautela

5 - A economia brasileira deverá crescer em torno de 2% até 2015. Ainda assim, a inflação seguirá na faixa de 6%, o que está

levando o Banco Central a aumentar a Selic até 9.5%. Como consequência, o custo do financiamento para a expansão das empresas vai crescer, tanto por causas externas como por internas. É indispensável que as empresas do agronegócio sejam cautelosas quanto à estrutura de capital adequada para financiar sua expansão.

Dólar em alta



6 - A piora do balanço de pagamentos seguirá inexorável. Com isso, temos duas razões para a desvalorização do real: a recuperação americana e o nosso déficit em conta corrente. O dólar dificilmente virá abaixo de R\$ 2,30 neste ano, podendo atingir R\$ 2,40 e R\$ 2,50 aproximadamente.

Pressão menor

7 - As taxas reais de salário deixarão de crescer como no passado recente, fruto da baixa expansão do PIB, da inflação e da perda do valor do real. A pressão da mão de obra será menor.

Crédito difícil

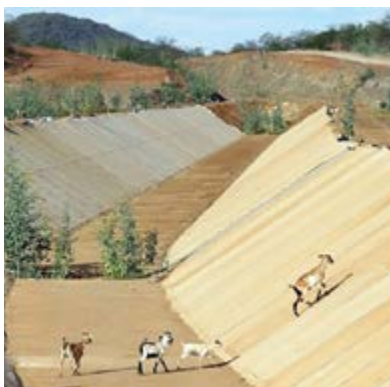
8 - O BNDES não terá mais a folga orçamentária desses últimos anos. Como consequência, seu crédito ficará mais difícil. Não é demais repetir que as empresas terão de ter muito mais cuidado na equação financeira de suporte ao seu crescimento.

Folga acabou

9 - A folga do orçamento público acabou. Depois da eleição, a expansão dos gastos públicos terá de ser muito mais limitada,

o que afetará o agronegócio, de diversas maneiras.

Ineficiência em alta



10 - A ineficiência do gasto público continuará alta. Poucas são as esperanças de melhora na infraestrutura a curto prazo, inclusive no que tange às concessões.

Limites

11 - A safra 2012/13 mostrou os limites de crescimento da produção agrícola no que depende da logística. As regiões mais distantes terão reais dificuldades para expandir a área cultivada e a produção. O Paraná terá elevado o seu prêmio de proximidade dos portos.

Cotações internacionais



12 - Nas culturas de café, açúcar e laranja, a desvalorização do real provoca alguma queda nas cotações internacionais, o chamado efeito do país grande. Isto reduz em parte o benefício da desvalorização.

Oferta e procura



13 - Nos outros produtos, a desvalorização será apropriada pelos produtores, melhorando as margens, ainda que parte de seus produtos sofra aumento. É claro que safras muito abundantes derrubam preços, como é o caso do milho neste momento. O inverso seguirá ocorrendo em caso de oferta curta no mundo continuar a elevar preços, como está ocorrendo com o leite.

Congestionamento

14- A explosão no custo de transportes e o congestionamento dos portos machucaram de forma importante os mecanismos de compra antecipada da safra pelos processadores (soja verde, "barter"). Não é possível fazer hedge de custo de transporte e de atraso no embarque de navios. O financiamento do setor (curto e longo prazo) será afetado.

As perspectivas do agronegócio brasileiro continuam muito boas. O mercado global vai continuar crescendo, a desvalorização do real beneficia o setor (cem por cento da receita é beneficiada e apenas parte da despesa é referida ao dólar) e o segmento é o único relevante da economia brasileira que tem na melhora técnica e na elevação da produtividade uma realidade diária. Entretanto, estamos atravessando um período de turbulências que exige certa cautela. Devemos também lembrar que em momentos como estes, estratégias e modelos de negócios devem ser muitas vezes alterados ou ajustados, o que definirá os vencedores de amanhã.

**Economista e sócio da MB Associados
Publicado em O Estado de S. Paulo - 01/09/2013*

Boas alternativas para a suinocultura

Na Comissão da FAEP, tecnologia e políticas públicas

Por Katia Santos



Alternativas tecnológicas para o tratamento de dejetos dos suínos e políticas públicas para enfrentar crises da suinocultura esses foram os principais temas discutidos na reunião da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, realizada na segunda-feira (02/09), em Curitiba, na sede da Federação. Os assuntos foram apresentados pelos técnicos e pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves/Unidade Concórdia, Santa Catarina, Paulo Armando de Oliveira e Marcelo Miele.

Depois da ração o tratamento de dejetos dos suínos é o segundo item que gera mais custo na propriedade. Para o presidente da Comissão, Reny Geraldi de Lima “É importante que o suinocultor saiba que não é com o uso de apenas uma tecnologia ou método que ele vai resolver o problema, mas sim, um conjunto delas. O manejo de dejetos requer investimentos altos, pois temos que atender a legislação ambiental que obriga o produtor a fazer o destino correto”, diz.

O pesquisador Paulo Armando de Oliveira apresentou os resultados de uma ampla pesquisa sobre a utilização da água na produção de suínos. Em algumas propriedades o volume chega a 25

litros por matriz/dia, mas o ideal é que essa média fique em 8,33 litros.

“Nós constatamos que alguns produtores desperdiçam água com excessiva limpeza das baias e desperdício nos bebedouros. Mostramos também que o produtor pode transformar esses dejetos em adubo orgânico e o excesso de água compromete a qualidade do fertilizante que será produzido”, explica.

Além dessa pesquisa ele também apresentou o sistema de tratamento de dejetos em compostagem sólida, que garante uma série de benefícios ao produtor rural. As vantagens começam com a possibilidade de geração de renda pela comercialização do produto final – adubo orgânico -, a opção de ampliação do plantel de suínos em uma mesma área e a redução de odores no tratamento dos dejetos, o que assegura em muitos casos a licença ambiental da propriedade.

Antes de optar pelo sistema de compostagem sólida o suinocultor precisa avaliar as condições de manutenção do sistema e comercialização do adubo. O pesquisador lembra que para a compostagem o produtor precisa de serragem. “Dependendo da área ele pode implantar um sistema de integração bovinos/suínos/pastagem/

floresta e obter mais uma fonte de renda que é o adubo. Mas não pode esquecer da comercialização. Quando isso é feito em sistema de associação os custos de produção se diluem e a rentabilidade é melhor”, completa.

Políticas públicas

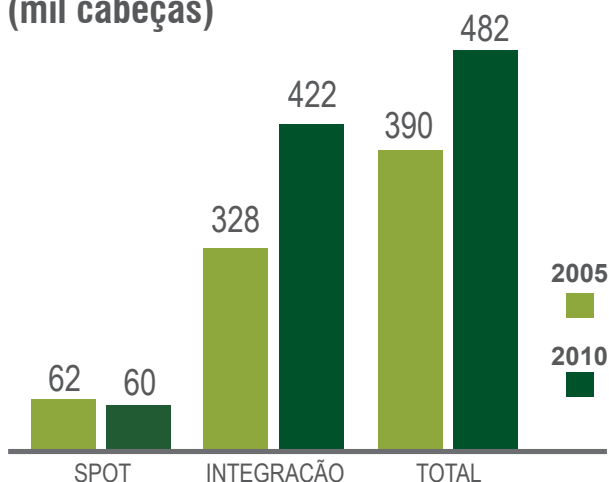
A nove anos estudando o segmento o economista Marcelo Miele abordou a necessidade de o governo implementar políticas públicas que reduzam o impacto e a frequência das crises no setor. Ele aponta três focos que devem ser atendidos:

- defesa da concorrência e geração de informações públicas;
- gestão de risco e,
- ampliação das opções de mercado.

“Temos que levar em conta o tipo do suinocultor e a cadeia produtiva. No regime de produção independente as políticas devem proteger o produtor da variação do preço da ração e do suíno vivo vendido no mercado. Para o suinocultor integrado o foco é outro - a criação de mecanismos que deem mais transparência nos contratos”, completa Miele.

Ele mostrou ainda que o modelo de produção vinculado a um contrato de integração com uma grande agroindústria tem crescido no Brasil. “Basicamente porque esse modelo garante a comercialização da produção. A tendência dessas agroindústrias tem sido aumentar a escala dos alojamentos. Mas isso não se traduz em ganhos de rentabilidade ao produtor”, explica.

ALOJAMENTO DE MATRIZES - PR (mil cabeças)



Outro ponto apresentado pelo economista é a necessidade do produtor buscar apoio em associações, sindicatos rurais, cooperativas para obter informações, e ferramentas para que possam subsidiá-lo melhor na tomada de decisões. “Tudo que o suinocultor, principalmente o independente, possa fazer para deixar de ser um tomador de risco é importante”, finaliza.



Sem odor

O biofertilizante produzido a partir da compostagem dos resíduos gerados pela criação de suínos não tem odor. Armando de Oliveira informa que ele pode ser usado desde a lavoura de grãos até nos vasos de flores de uma residência. “Os dejetos de suínos não produzem odor ou mau cheiro, quando são manejados adequadamente em sistemas de compostagem. Na compostagem a fermentação é feita a partir da produção de bactérias aeróbias (que são produzidas com a presença de oxigênio)”, explica.

O fertilizante pode ser vendido a granel para outros produtores ou ensacado em embalagens de 2 até 25 quilos. Outra opção de comercialização é o produtor abastecer outros mercados com demanda por fertilizante orgânico. O pesquisador da Embrapa dá outra recomendação ao produtor rural – fazer o registro do fertilizante junto ao Ministério da Agricultura. “Muitas empresas que vendem esse tipo de fertilizante não tem esse registro, mas ele é uma garantia para o consumidor de que o produto teria todas as garantias de um fertilizante orgânico como, por exemplo, conter 0,25% de Nitrogênio na sua composição”.

Segundo a Embrapa Suínos e Aves cerca de 300 produtores rurais de Santa Catarina já trabalham com a compostagem de dejetos de suínos. Esse produto é o resultado de mais de quinze anos de pesquisa da Embrapa. Quem quiser mais informações sobre essa tecnologia pode enviar suas dúvidas para o email do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), acessando o site <http://www.cnpa.embrapa.br> Fale Conosco ou pelo telefone (049) 3441-0400.

Variáveis que influenciam os preços internacionais na Bolsa de Chicago

Por Gilda Bozza - Economista do DTE/FAEP



O desempenho dos preços das commodities não se fundamenta simplesmente em oferta e demanda específicas e variações climáticas, mas também em variáveis macroeconômicas e financeiras mundiais, assim como no apetite dos fundos de investimentos.

Nos tempos atuais torna-se necessário analisar o comportamento de todas as variáveis fundamentais e financeiras, como forma de obter uma análise mais precisa do quadro de preços. No fator fundamental, assume importância a América do Sul, com o Brasil como líder interferindo na formação de preços internacionais.

A especulação financeira passou a interferir no mercado de commodities agrícolas, as quais não passaram incólumes pelos sus-

tos, tanto em razão dos movimentos financeiros que os sucederam, quanto pelas ameaças ao consumo que representam.

A disparada do preço das commodities agrícolas tem levado os fundos de investimentos norte-americanos a aumentarem as apostas nesse mercado. Tendência de clima desfavorável os fundos entram comprando, tendência de clima favorável ao plantio, os fundos vendem. Rumores no mercado financeiro igualmente interferem na estratégia dos fundos, que a qualquer momento podem fugir do mercado de commodities e procurar abrigo no dólar.

Os fundos de investimentos que atuam em todos os mercados mundiais de ações, commodities e derivativos, são respon-

sáveis por 86% das operações diárias da Bolsa de Chicago (CBOT). De acordo com especialistas, estima-se que os fundos investem em margem inicial de US\$ 200 bilhões em contratos futuros e pelo menos, cinco vezes este valor em margens de manutenção de posições em ajustes diários.

Quanto ao desempenho do dólar, as variações até o momento apontam de janeiro a agosto/13 uma elevação de 16%, por conta da situação macroeconômica do país e mundial. Na quarta-feira (21.08), o dólar encerrou o pregão com a maior cotação em quase cinco anos. A moeda norte-americana teve forte alta de 2,39%, fechando cotada a R\$ 2,451. O dólar mais alto é favorável ao agronegócio e favorece o aumento geral dos preços internos, notadamente nas culturas de soja e milho, culturas de ligação com as paridades de importação e exportação. Por outro lado, não se pode esquecer do impacto do dólar mais alto nos custos de produção que estão 25% mais altos (fertilizantes e agroquímicos). Em seguida, com as intervenções do Banco Central do Brasil, as cotações baixaram para a casa dos R\$ 2,30/R\$ 2,35.

Mercado do Clima

No mercado internacional, no período de maio a agosto de cada ano, entra no jogo o “mercado do clima” que passa a ter papel importante, haja vista que qualquer previsão de clima desfavorável nos Estados Unidos implica em alta nos preços. Nesse período a volatilidade nos preços é frequente.

Hoje a ameaça que paira no ar é a perspectiva de clima seco e quente na região Meio-Oeste norte-americana, dado que as culturas americanas estão em fase de desenvolvimento. Poderá acontecer geadas, uma revisão das estimativas de safra e consequente corte nas estimativas de produtividade.

A perspectiva de safra cheia norte-americana de soja e milho na safra 2013/14 sinalizava queda nos preços internacionais e queda de preços, com tendência de baixar a US\$ 10,00 por bushel, equivalente a US\$ 22,05/saca. O que equivale, ao dólar vigente de 29 de agosto, a R\$ 51,77 por saca. O último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reajustou para baixo as produções de soja e milho para os Estados Unidos, mudando momentaneamente as atenções do mercado.

Acontece que o mês de agosto requer atenção por conta das geadas precoces que costumam ocorrer nos Estados Unidos nesse período e poderão mudar o quadro de oferta mundial. O mercado do clima continuará nas próximas semanas, até que a produtividade das lavouras esteja definida e a colheita tenha início. No momento, o período é de repiques de preços por conta das oscilações climáticas e hora de aproveitar os picos. E, deve ser lembrado, que setembro é o último fechamento da safra velha, cuja oferta está curtíssima.

Consumo/estoques

A estimativa de estoque mundial de soja versus consumo mundial, é o menor dos últimos 40 anos. Para um consumo mundial de soja previsto em 268,72 milhões de toneladas, tem-se um estoque de 72,27 milhões de toneladas. No caso do milho, o consumo mundial estimado é de 930,09 milhões de toneladas e um estoque previsto de 150,17 milhões de toneladas, com uma relação estoque/consumo de 16%. A possível queda de produtividade tornará mais difícil a recuperação de estoques.

Os gráficos anexos trazem o preço médio de 2011/13 para a soja e o milho, apontando que a curva se repete de maio a agosto, com a influência do mercado do clima e de setembro em diante, como resultado das safras.

O mercado brasileiro registrou um movimento de alta nos dias recentes, resultado do câmbio e das condições climáticas para a safra norte-americana, com grande especulação na Bolsa de Chicago. O desempenho no mercado de lotes, no Porto de Paranaguá teve o patamar de R\$ 76,00 por saca, traduzindo um ganho de 2,15% em relação ao último dia 23 de agosto (R\$ 74,40 por saca).

Os preços da soja brasileira e seus subprodutos têm como referencial as cotações da Bolsa de Chicago, acrescentando-se um ágio ou deságio (prêmio positivo ou negativo), chegando-se aos preços dos portos brasileiros. A partir do preço Custo, Seguro, Frete (CIF) no porto de destino designado, vão sendo deduzidos os preços das diversas etapas do processo de comercialização: prêmio



Gilda Bozza - Economista do DTE/FAEP



(negativo ou positivo), lucro do intermediário, transporte marítimo, embarque portuário e taxas portuárias, armazenamento, frete do transporte terrestre e pedágio.

Com relação à base de prêmios com vencimento em setembro, o mesmo recuou de US\$ 105 cents/bushel para US\$ 60,00 cents/bushel, refletindo o menor interesse de compra haja vista a proximidade de entrada da safra norte-americana e parte da retração registrada na Bolsa de Chicago. As cotações da soja no mercado interno refletem a alta no mercado internacional.

Tendências

Conforme o USDA e principais consultorias especializadas:

USDA - Até final de agosto ainda tem-se o “mercado do clima”, com perspectivas de ocorrência de geadas precoces, prejudicando o desenvolvimento das lavouras de soja e milho norte-americanos. O relatório mensal de agosto trouxe um reajuste para baixo da produção norte-americana de soja e milho, por conta do atraso no plantio. Na soja a redução foi de 4,48 milhões de toneladas, baixando de 93,08 milhões de toneladas para os atuais 88,60 milhões de toneladas. O próximo relatório de setembro, espera-se, deverá conter números mais próximos da realidade. No milho, o corte na produção norte-americana foi de 4,75 milhões de toneladas, com estimativa de produção de 349,60 milhões de toneladas, contrariamente ao que o mercado aguardava, ou seja, aumento na produção e nos estoques.

As perspectivas para os próximos dez dias são de pouca chuva e temperatura elevada, trazendo riscos ao desenvolvimento das culturas de milho e soja.

Safras & Mercado - O relatório do USDA surpreendeu o mercado com a estimativa aquém da expectativa, caindo em relação à previsão anterior (julho/13) e provocou forte reação na Bolsa de Chicago, com recuperação dos preços. Convém lembrar que esses números são passíveis de ajustes, tanto para cima como para baixo. Ocorre que agosto é um mês importante para a definição do rendimento norte-americano, quando as lavouras saem da fase de floração para a frutificação. A estimativa de estoques mundiais versus consumo, é 4% inferior, a menor dos últimos 40 anos.

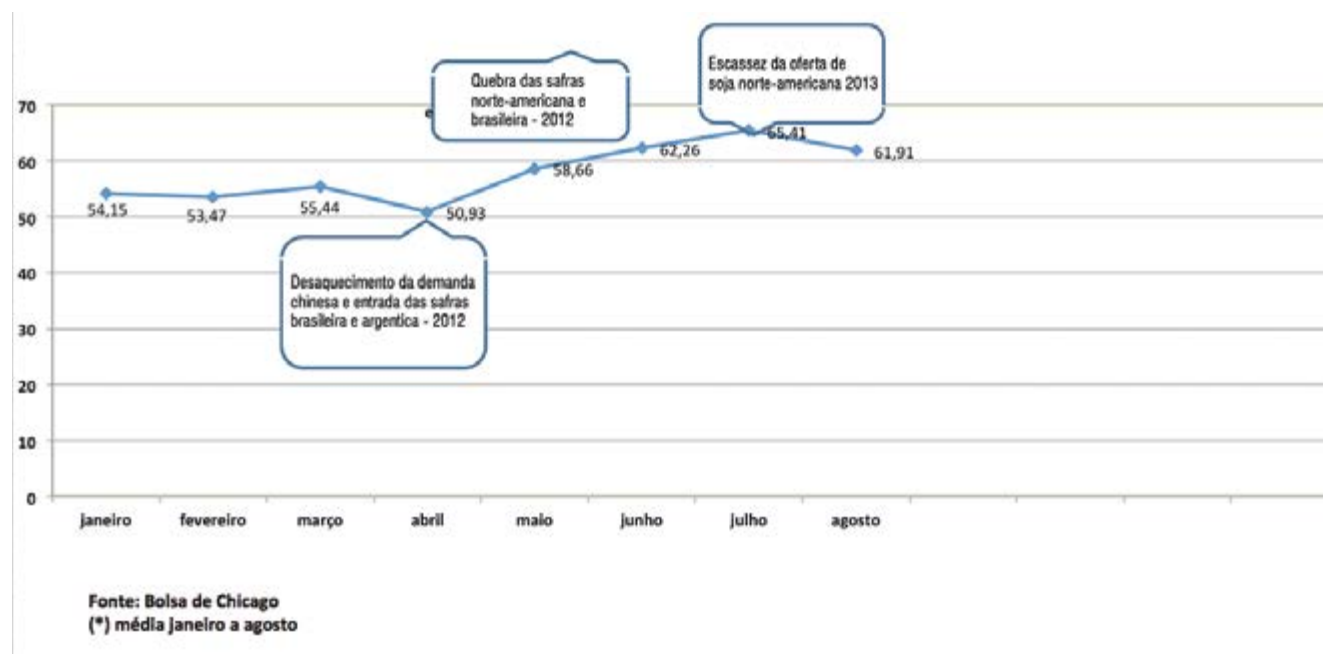
O atraso no plantio, pelo excesso de umidade, poderá esticar a definição da safra até meados de setembro.

De acordo com Safras&Mercado, a situação da soja é mais grave e poderá ser um diferencial que colabore na sustentação de preços no pós-colheita nos Estados Unidos.

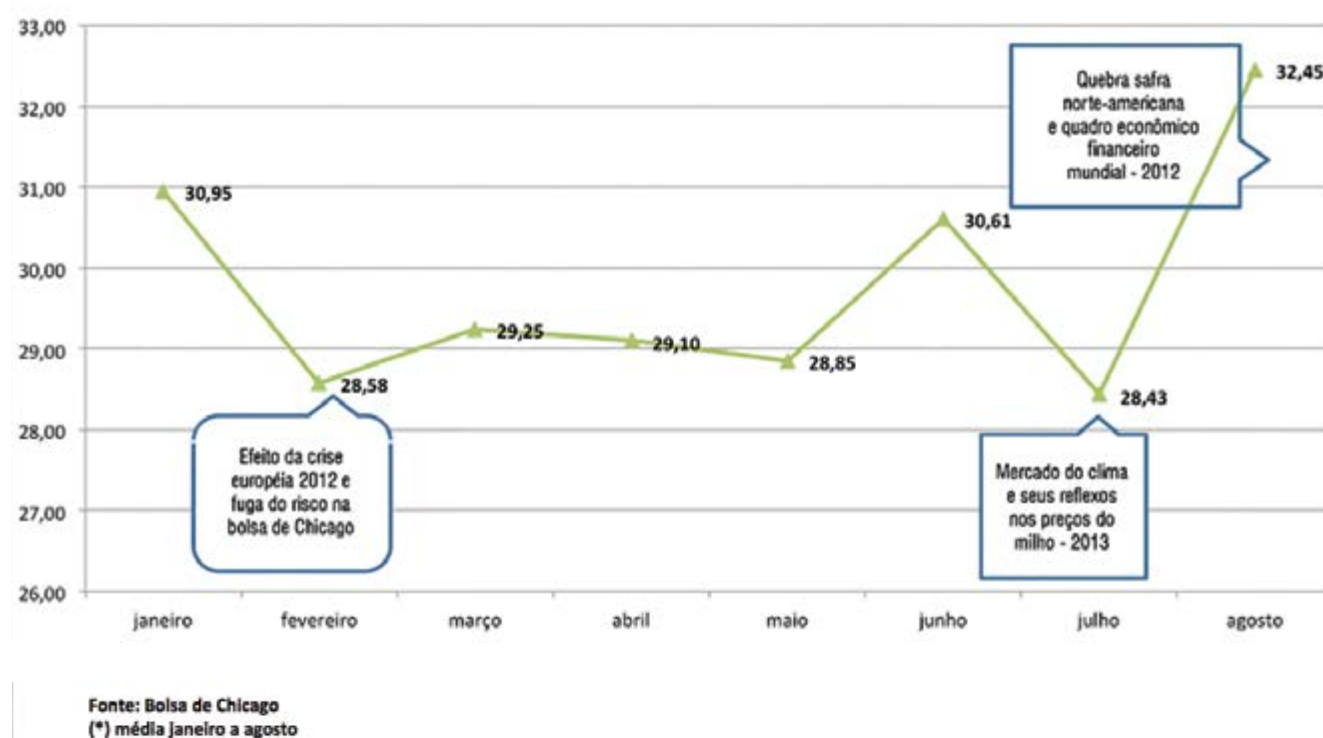
Grupo Pro-Farmer - O grupo Pro-Farmer está realizando um Crop tour (Viagem Técnica) nas regiões produtoras norte-americanas para avaliar o potencial de produção de milho e soja, no período do mercado do clima, reconhecido como o mais longo da história, frente a um mês de agosto ruim em chuvas e risco climático em setembro e outubro. Na avaliação da pesquisa, a safra de soja norte-americana deverá ser de 85,95 milhões de toneladas contra 88,59 milhões de toneladas estimada pelo USDA.

Já a produtividade prevista é de 47,4 sacas por hectare contra 48,3 sacas previstas pelo USDA. Para o milho a estimativa da Pro Farmer é de produção de 341,9 milhões de toneladas frente às 349,73 milhões de toneladas do USDA. A produtividade estimada é de 163,15 sacas por hectare.

SOJA - PREÇOS BOLSA DE CHICAGO DE 2011 a 2013 (*) - EM R\$



MILHO - PREÇOS MÉDIOS EM CHICAGO DE 2011 a 2013 (*) - EM R\$



Os desafios do seguro rural para a fruticultura



Para o mercado de seguros, a hortifruticultura é uma atividade de alto risco pelas suas características de cultivo, que a torna mais vulnerável às intempéries. Poucas operadoras de seguros realizam seus negócios com produtores de horti/frutas, mas no último dia 3, os integrantes da Comissão Técnica de Hortifruticultura da FAEP conheceram a cobertura de seguro rural da ESSOR Seguros/AgroBrasil – Operadora de Seguro Agrícola (*).

Em reunião na sede da FAEP os fruticultores fizeram exposições sobre algumas peculiaridades que precisam ser superadas no mercado segurador brasileiro.

“Sou produtor de uva de mesa e utilizo tela protetora. O fabricante dessa tela me oferece garantia de 10 anos, mas o seguro oferecido é contra granizo, quando preciso de cobertura para geadas e vendaval”, diz, José Carlos Marteli, de Marialva.

Para o presidente da Comissão Técnica de Hortifruticultura, Marco Antônio Machado, os fruticultores paranaenses precisam de uma cobertura de seguro rural para geadas devido às ca-

racterísticas climáticas do Estado. “Já houve avanços, mas a geada ainda é um grande problema para os fruticultores e as empresas precisam se adequar a essas necessidades e oferecer novos produtos ou ampliar as coberturas”.

“Trabalhamos em regime de consórcio com vários produtores. Esse ano perdemos aproximadamente 300 hectares com a geada. Eu acho o seguro rural muito importante e a partir do próximo ano farei o seguro com certeza, desde que ele atenda minhas necessidades”, afirma, Luiz Patrão, produtor de abacaxis em Santa Isabel do Ivaí.

No caso de Patrão fazer o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é mais vantajoso. “O Proagro cobre geadas, seca, pragas, e no meu caso é mais amplo e atende minhas especificações”, diz.

Outra dificuldade para os fruticultores da região noroeste apontada pelo produtor foi a divulgação do zoneamento agrícola. “Fazer o seguro sem a subvenção estadual fica caro, mas o zonea-



mento da região para a safra 2013/14 só foi divulgado agora o que também inviabilizou a contratação. A saída é amargar o prejuízo, fazer as mudas com as plantas que tiveram os frutos queimados e fazer o replantio. Seguro só ano que vem”, finaliza.

Gilmar Boff, produtor da região de Arapoti, cultiva uma área de 90 hectares com ameixa, maçã, caqui, pera e pêssego, afirma que a maior dificuldade do seguro para a fruticultura é a subvenção. “O governo do Estado anunciou a ampliação da sua cobertura para mais 26 culturas, mas no caso da ameixa essa subvenção só vai atender a safra do ano que vem, devido a data que os recursos serão lançados. Nossa atividade é de muito risco, o seguro é fundamental, mas sai caro para o produtor pagar sozinho”.

O fruticultor Odair Alberto Pangrácio, de Porto Amazonas, que cultiva maçã, ameixa, pera e kiwi afirma que o maior problema está sendo a subvenção estadual. “Na nossa região quando não há subvenção nós nem contratamos a operação, porque um seguro com uma taxa de 18,85% sobre o valor contratado mais 20% de franquia inviabiliza o seguro agrícola”, afirma. As taxas sobre o valor contratado variam por município e por cultura.

Sobre as subvenções

A subvenção do governo federal ao prêmio do seguro rural é de 40% ou de 60%. Para a safra 2013/2014, o percentual de subvenção em municípios prioritários será de 60% para as atividades de algodão, ameixa, arroz, caqui, feijão, maçã, milho 1ª safra, pêssego, soja, tomate e uva.

Segundo o Ministério da Agricultura, os municípios considerados prioritários levam em conta: relevância socioeconômica da atividade, zoneamento agrícola de risco climático, valor da produção, histórico de sinistros, área de abrangência dos agentes seguradores (histórico) e o Índice de Desenvolvimento Rural.

Para todas as demais modalidades de seguro rural, o percentual de subvenção ao prêmio do seguro rural será de 40%.

Estadual

O novo programa de subvenção do governo estadual ampliou os recursos de apoio para R\$ 6,4 milhões com limite de R\$ 4,8 mil por produtor. As regras da subvenção estadual ao prêmio do seguro rural variam de acordo com a cultura.

O governo do Estado subvenciona 50% do que cabe ao produtor. Por exemplo, se for um produtor enquadrado no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) ou que produza uma cultura em município prioritário, a subvenção federal será de 60%, a subvenção estadual de 20% e o produtor arca com os 20% restantes.

O programa estadual de subvenção deve ser lançado em dezembro de acordo com informações do chefe do Departamento de Economia Rural/Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Francisco Carlos Simioni. A subvenção ao prêmio de seguro rural vai amparar 29 culturas/atividades: milho da segunda safra, o trigo nas modalidades sequeiro e irrigado, café, abacaxi, algodão, alho, arroz, batata, cebola, cevada, feijão de primeira e segunda safra, tomate, ameixa, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, maçã, melancia, morango, nectarina, pera, pêssego, tangerina, uva e floresta cultivada, além da pecuária.

Pronamp 60%

Para aqueles produtores rurais enquadrados no Pronamp e para os produtores de orgânicos, o percentual de subvenção também será de 60%. Para incentivar a Política Brasileira de Florestas Plantadas, o percentual de subvenção para a modalidade de florestas também será de 60%, independente da região produtora.

Beneficiário do Pronamp

Podem se enquadrar no Pronamp: proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que utilizam crédito rural e que:

- Tenham no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal.
- Possuam renda bruta anual de até R\$1.600.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele e 100% das demais rendas não agropecuárias.

Para enfrentar a burocracia

CADIN negativo - Para contratar um seguro rural e ter direito aos subsídios (federal e estadual) o produtor precisa estar em dia com o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados (Cadin) tanto na esfera federal como estadual. Portanto os produtores devem buscar uma consulta antes de contratar o seguro.

No âmbito federal entram nessa lista débitos ou possíveis multas ambientais, pendências com INSS, Receita Federal, etc. No âmbito estadual, se o produtor que tiver uma pendência com IPVA de um veículo antigo, por exemplo, ele não terá acesso a subvenção

estadual. Entram também nessa listagem débitos com a Receita Estadual e a Fomento do Paraná.

Municípios prioritários - Onde o produtor pode consultar a listagem de municípios prioritários que recebem subvenção federal de mais 20% do seguro rural?

Resposta – O produtor deve consultar o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/seguro-rural/municipios-prioritarios>.

A legislação não permite dois seguros para a mesma área - se o produtor já tem Proagro, legalmente não pode contratar um seguro privado para a mesma área independente da cobertura desejada.

() Essor/AgroBrasil operadora de seguro agrícola atua no mercado brasileiro desde 1998, nos estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. No Paraná a operadora oferece cobertura para granizo para fruticultura com algumas coberturas adicionais dependendo da cultura.*

Pesquisa - O DTE/FAEP está realizando junto aos produtores de hortifruticultura uma pesquisa levantando sugestões de melhorias nas coberturas e condições do seguro. As contribuições podem ser enviadas para o email: economico@faep.com.br.



Rumos da Cafeicultura



No último dia 3 de setembro, o Sistema FAEP promoveu reunião com o diretor do Departamento de Café (Decaf) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Jânio Zeferino da Silva, para discutir os rumos da cafeicultura paranaense. As geadas do mês de julho castigaram as lavouras de café e a estimativa é de uma quebra de 62% da safra paranaense. O objetivo do encontro foi discutir linhas de crédito e de apoio para cada caso específico de perdas na cafeicultura do Estado.

Participaram da reunião: Jânio Zeferino da Silva, diretor do Decaf do Mapa, Breno Mesquita, presidente da Comissão do Café da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Cilésio Abel Demonere, engenheiro agrônomo da Emater, Francisco Siomioni, diretor do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), Robson Manfioletti, analista técnico e econômico da Ocepar, Walter Ferreira Lima, presidente da Comissão de Cafeicultura do Sistema FAEP e José Hess, engenheiro florestal do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP.

Mapfre/BB aceita sugestões da FAEP

Diante da crise na cafeicultura paranaense, o Sistema FAEP encaminhou ofício ao diretor geral de Seguros Rurais do grupo Mapfre e Banco do Brasil (BB), Luís Carlos Guedes Pinto, no último dia 2, solicitando várias medidas para a atividade cafeeira no Estado.

Entre elas, a oferta de seguro nos municípios de Cambará, Colorado, Marialva e Porecatu, pois o cultivo de café nesses municípios está previsto no zoneamento agrícola. Outra reivindicação foi modificar a faixa máxima de 60% para 70% da produtividade

estipulada pela seguradora para efeitos do cálculo da produtividade garantida. Segundo o documento, a alteração seria necessária no curto prazo para tornar o seguro mais atrativo. Em seguida, no médio prazo, devem ser perseguidas as faixas de 75% e 80%.

O Sistema FAEP também solicitou a mudança no cálculo de produtividade estipulada pela seguradora para o café por município, considerando a média do produtor no agente financeiro, avaliando seu desempenho nos últimos seis anos. Além disso, reforçou a necessidade de alterar para dois anos o período de vigência e o período de cobertura do seguro. O objetivo dessa medida é garantir que a cobertura do seguro possa abranger todo o ciclo produtivo do café. Adversidades climáticas ocorridas em um ano afetam a produção das plantas de café no ano seguinte, além da característica de ciclo bienal de produção de café.

Em resposta ao ofício nº0958/13-GP, no último dia 3 de setembro, o diretor Guedes Pinto disse que o grupo já disponibilizou o seguro para os municípios de Cambará, Colorado, Marialva e Porecatu, e a outras localidades onde ocorrer demanda pelo seguro. Luís Carlos também respondeu que a empresa está realizando um estudo para o incremento dos níveis de cobertura: “Tão logo finalizarmos as análises, informaremos sobre o resultado para críticas e sugestões”.

Em relação ao cálculo de produtividade, ele afirmou que a metodologia já é utilizada no canal bancário. Para alterar o período de vigência e o período de cobertura do seguro, o diretor geral observou que esta possibilidade já está disponível, desde que o cliente efetue a renovação após o final da vigência anual do primeiro contrato.

Varre, varre vassourinha!

O que o rádio tocava, o povo cantava

Os partidos políticos disputam a tapa cada segundo no chamado horário eleitoral gratuito, que se estende por 45 dias (de agosto ao início de outubro) em ano eleitoral. Atualmente, o Congresso examina uma proposta de redução desse período para 30 dias, quando promessas de campanha ganham o chamado espaço nobre das TVs, as novelas tem seus horários antecipados ou adiados e os noticiários das redes de TV são readequados.

No ano que vem teremos eleições para as Assembleias, Câmara Federal, Senado, governos de Estado e para a Presidência da República. Contratados a peso de ouro os marqueteiros dos principais candidatos se esmeram em produções ao estilo de filmes de Hollywood, tiram rugas e olheiras, ajeitam a fachada dos candidatos, colocando-os em cenários luminosos, sem defeitos. E os debates completam a briga pelos votos dos brasileiros.

Numa época em que o peso do rádio imperava nas eleições, ficaram famosos alguns jingles políticos que entraram para a história das eleições do país. Foram capazes de mobilizar os brasileiros vários políticos pelos versos e marchinhas.

Ao lado alguns dos principais jingles:



“Varre, varre, vassourinha”

Nas eleições de 1960 surgiu a marchinha “Varre, varre, vassourinha” para empurrar a campanha de Jânio Quadros. A composição foi do publicitário Maugeri Neto, que também escreveu a famosa “A taça do mundo é nossa”. A vassourinha varreria a corrupção do país. A música foi bem-sucedida e Jânio foi eleito. Empossado, sua vassourinha varreu mais coisas: o biquíni das transmissões televisionadas dos concursos de miss, as brigas de galo, os lança-perfumes em bailes de carnaval. Depois de sete meses de governo, Jânio acabou sendo varrido da presidência após renunciar. Foi eleito com 5.636.623 votos (48,2%) vencendo o Marechal Henrique Lott (32,9%) e Adhemar de Barros (19,5%).

A música

Varre, varre, varre, varre vassourinha! / Varre, varre a bandalheira!
 Que o povo já ‘tá cansado / De sofrer dessa maneira
 Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!
 Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado!
 Alerta, meu irmão! / Vassoura, conterrâneo!
 Vamos vencer com Jânio!



“Bota o retrato do velho”

Poucas músicas políticas foram tão cantadas pelo povo quanto a marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, que saudava o retorno de Getúlio Vargas à cena política em 1950, depois de cinco anos de exílio voluntário na fazenda Itu, em São Borja, no Rio Grande do Sul. “Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar” virou o slogan da volta de Getúlio à Presidência da República, numa campanha em que ele bateu com facilidade o brigadeiro Eduardo Gomes, mais uma vez lançado candidato pela UDN, e Cristiano Machado, lançado e abandonado pelo PSD. Getúlio ganhou fácil. Teve 48,7% dos votos, contra 29,6% dados ao Brigadeiro e 21,5% a Cristiano Machado.

A música

“Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar.
 Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar.
 O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar (Bis)
 Eu já botei o meu ... / E tu, não vais botar?
 Já enfeitei o meu .. / E tu, vais enfeitar?
 O sorriso do velhinho faz a gente se animar (bis)”



Lá e fé no velhinho

Lula Lá foi gravado para as eleições de 1989, mas Lula perdeu a eleição para Fernando Collor. Foram 49,5% para Collor e 44,23% para Lula. O candidato não venceu a eleição, mas em suas campanhas seguintes, 1994, 1998, 2002 e 2006, ainda embalaria muitos eleitores. No mesmo ano (1989) surgiu o “Bota fé no velhinho” de Ulisses Guimarães que havia se destacado na luta contra a ditadura e pela redemocratização do Brasil. Os brasileiros, porém, não botaram fé no velhinho que obteve pouco mais de 4% dos votos.

50 anos em 5

Juscelino Kubitschek, o homem que prometia 50 anos de desenvolvimento em cinco, lançou um jingle imponente, com referências ao hino nacional. O tema da campanha exaltava a imagem do candidato, apresentando-o como “o” homem, “uma estrela radiosa” que iria “salvar este Brasil”. A música evoca a origem do candidato para aproximá-lo do eleitor. Ao que parece, a canção surtiu efeito. Com 3.077.411 votos quase 36% dos votos (as eleições eram realizadas em apenas um turno), Juscelino foi eleito presidente do Brasil no dia 3 de outubro de 1955. Venceu Juarez Távora (30,2%); Adhemar de Barros (25,7%) e Plínio Salgado (8,2%).



Um democrata cristão

O alfaiate José Raimundo de Castro levou menos de uma hora para compor um dos mais tocados jingles eleitorais de todos os tempos. Castro cantarolou o bordão “Ey, Ey, Eymael” e desde 1985, a música é usada por José Maria Eymael (PSDC), que vive concorrendo a presidente. O povo não vota nele, mas lembra do seu slogan: “Eymael um democrata cristão”.

Frevo para Gaúcho

“O especialista paulista em marketing político Carlos Manhanelli, coleciona jingles eleitorais há mais de três décadas e lançou um livro sobre o assunto. Um bom jingle tem de reunir, no mínimo, cinco itens: o nome do candidato, o número, a principal bandeira da campanha, o partido ou a coligação, além de respeitar as diferenças regionais. “Você não vai fazer um frevo para tocar no Rio Grande do Sul e não vai fazer um vanerão para tocar em Recife”, diz ele.



Chopinzinho

Prefeitura repassa equipamentos

Na quarta-feira (28/08), a Prefeitura de Chopinzinho, no sudoeste do Estado, repassou uma mini carregadeira e uma plataforma de carregamento para a Associação Municipal de Avicultores de Chopinzinho (ASMAC). Os equipamentos são resultado de emenda parlamentar apresentada pelo ex-deputado Moacir Micheletto. O

prefeito Leomar Bolzani explicou que os equipamentos estão sendo repassados através de uma concessão de uso destinados à limpeza dos aviários do município. Bolzani lembrou que o valor de mercado da mini carregadeira é de aproximadamente R\$ 95.000,00, enquanto a aquisição da plataforma de transporte o investimento foi de R\$ 18.000,00. “Utilizamos recursos próprios do município para a aquisição deste equipamento que será de ex-

trema importância para o desenvolvimento das atividades do setor de avicultura de Chopinzinho”, disse. De acordo com o presidente da ASMAC, Juarez Pompeu, o setor de avicultura está em franca expansão em Chopinzinho. “A avicultura ocupa o terceiro lugar no Produto Interno Bruto (PIB) do município, com 32 milhões de faturamento no ano de 2012 e o município entrega atualmente mais de 1,2 milhão aves/mês”. A Associação conta atualmente com 102 associados e existem 32 aviários em fase de documentação, legitimação e construção, produzindo cerca de 8.864 toneladas de adubo, que dobrará em 2014.



Congresso de Agrônomos

Entre 28 e 30 de agosto, em Cascavel, foi realizado o Congresso Paranaense de Engenheiros Agrônomos. A FAEP foi representada no evento pelo seu vice-presidente e presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Paulo Orso (ao centro na foto). Este ano o congresso teve como tema “Rediscutindo o manejo e conservação do solo e água.”



Hortinorte

Quatro hectares de pura tecnologia. Assim foi a primeira edição do Hortinorte em Londrina no período de 29, 30 e 31 de agosto. Mais de cinco mil produtores percorreram as quinze estações com as mais novas tecnologias em

horticultura instaladas ao lado do Ceasa. Quem passou por lá, teve uma verdadeira aula sobre as boas práticas agrícolas e rastreabilidade na área de hortaliças e pôde conferir 50 espécies cultivadas em moderna tecnologia de produção. O Sistema FAEP participou do evento com um estande do SENAR-PR, onde os produtores tiveram o be-a-bá da classificação, embalagem e rotulagem na área de hortifruticultura. O Hortinorte está inserido no Paraná de Abastecimento, um programa coordenado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), que busca promover a inovação tecnológica e aproximar os agentes de produção e comercialização da área de influência da Ceasa Londrina, abrangendo os municípios das regiões de Apucarana, Ivaiporã, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio, Londrina, sul de São Paulo e parte de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Pequenos silos de armazenamento

A proposta da FAEP ao governo do Estado



Para reduzir o déficit de armazenagem de grãos e proporcionar mais independência aos produtores rurais do Estado, o presidente da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette entregou ao secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, e ao governador Beto Richa, um estudo que avaliou a viabilidade econômica e financeira para a aquisição de silos de armazenagem em pequenas e médias propriedades.

Hoje o Paraná tem um potencial de produção de 37 milhões de toneladas, mas sua capacidade de armazenagem é de apenas 27 milhões de toneladas, um déficit de 10 milhões de toneladas, que representa 30% da safra paranaense de 2013.

Esse cenário vai na contramão do que é recomendado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que adverte que a capacidade de armazenamento seja 20% superior à produção.

No Estado, um pequeno número de produtores rurais tem silos em suas propriedades, em sua maioria unidades de médio e grande porte, com capacidade de armazenamento de mais de 10.000 sacas de 60 kg. Ocorre que a estrutura agrícola do Paraná é formada em sua grande maioria por pequenos produtores, para os quais um investimento em um silo destas dimensões seria inviável.

Sem condições de estocar devidamente sua produção,

muitos produtores perdem competitividade e veem sua rentabilidade encolher. Também não têm autonomia e liberdade para aguardar o melhor momento para comercializar sua produção.

Por conta disso, o estudo apresentado ao governo do Estado pela FAEP especifica três modelos de silos, com capacidade de armazenagem de 1.800, 3.250 e 5.150 mil sacas, que além de guardar os grãos em condições adequadas, são equipados com equipamentos de secagem, refletindo positivamente no preço do produto para comercialização.

Crédito

Uma opção para financiar a aquisição de silos de armazenagem é o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) através do qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferece condições facilitadas de crédito aos produtores rurais como prazo de pagamento em 15 anos e juros anuais de 3,5%. Outra iniciativa é uma linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mais Alimentos) para armazéns, que traz as mesmas condições de prazo do PCA, mas com juros de 2% ao ano e limite de R\$ 150 mil por beneficiário.

CIANORTE



Veículo

Um veículo novo para mobilização de cursos e treinamentos realizados pelo sindicato, em parceria com o SENAR-PR, foi adquirido pelo Sindicato Rural de Cianorte. O veículo será utilizado para o melhorar as atividades junto aos produtores e produtoras rurais.

MARINGÁ



Inclusão Digital

Entre 22 a 25 de julho o Sindicato Rural de Maringá realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital – 16 horas. A instrutora das duas turmas - manhã/tarde - foi Gisele Bianchini e as aulas aconteceram na sala de treinamentos do sindicato.

UBIRATÃ



Agricultura de Precisão

O Sindicato Rural de Ubatã realizou entre os dias 12 a 14 de agosto o curso de Trabalhador na Agricultura de Precisão - introdução à agricultura de precisão. A instrução do grupo de doze produtores(as) rurais coube a Edson Cristiano Groff . As aulas práticas ocorreram na propriedade do produtor rural Cleverson Salvetti.

JANDAIA DO SUL



Bovinocultura

O Sindicato Rural de Jandaia do Sul e a Prefeitura de Marumbi ofereceram o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha entre 06 à 10 de agosto. Marumbi é extensão de base do Sindicato de Jandaia do Sul, e o curso teve a participação de 12 produtores rurais, com o instrutor Newton Jodas Gonçalves.

Tire dúvidas sobre o ITR 2013

Termina no dia 30 de setembro o prazo para declarar o Imposto Territorial Rural (ITR). A declaração é obrigatória para quem tem imóvel rural. O atraso na entrega gera uma multa de R\$ 50,00. O técnico Altevir Getúlio de Goes, do Departamento Sindical do Sistema FAEP, esclarece as principais dúvidas na hora de fazer a declaração.

BI – O que é imóvel rural?

Altevir – Para efeito do ITR, considera-se imóvel rural a área contínua formada por uma ou mais parcelas de terras confrontantes do mesmo titular localizada na zona rural do município.

BI - No caso de um imóvel rural em condomínio, por exemplo, se algum condômino adquirir uma área confrontante, a área adquirida deve ser anexada ao imóvel rural em condomínio?

Altevir – Não, a área confrontante somente deve ser considerada anexada ao imóvel rural adquirida, em condomínio, por todos os condôminos deste. Caso contrário, o imóvel rural em condomínio e área adquirida deverão ser considerados como imóveis distintos.

BI – Qual é o domicílio tributário do contribuinte?

Altevir – Para a legislação do ITR, o domicílio tributário do contribuinte (pessoa física ou pessoa jurídica), inclusive imune e isento, é o município de localização do imóvel rural.

BI – Um imóvel localizado em zona urbana do município com exploração agrícola está sujeito ao ITR?

Altevir - Neste caso não precisa fazer a declaração.

Mande a sua dúvida para a gente!

Basta enviar um e-mail para imprensa@faep.com.br

Cartas



O BI e a Veja

Sou assinante da Veja e confesso que o Boletim da FAEP não fica muito atrás, inclusive o envio a meus parentes no interior de São Paulo. Tenho o hábito de recortar e guardar em cadernos (estou no terceiro) as páginas da seção “Via Rápida”, porque proporcionam conhecimentos gerais.

Há uns “botocudos” que, não acostumados à leitura, ao lerem o BI ficam admirados com as informações. Parabéns.

Joel D. Dematte

São Carlos do Ivaí – PR

N.Redação.

Agradecemos Dematte, mas não nos compare com a Veja.



BI nos sites

Agrolink. Inteligência da Soja e Abitrito

Nos dias 04 e 05 de setembro os sites especializados em notícias do agronegócio (agrolink - www.agrolink.com.br e Centro de Inteligência da Soja - www.cisoja.com.br) reproduziram

a matéria de capa do Boletim Informativo 1230 “Cadê os R\$ 700 milhões?” do Sistema FAEP. A matéria relata que no dia 04 de junho o governo federal se comprometeu com a subvenção ao prêmio do R\$ 700 milhões. E até agora, nada.

Da mesma forma, a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO) publicou em seu site www.abitrigo.com.br a matéria “Giberela ataca trigo no Paraná”, publicada no mesmo BI 1230.



O cotonete

A ideia de uma haste com a ponta de algodão foi lançada nos Estados Unidos pela Johnson & Johnson em 1921. No começo era uma haste de madeira com algodão em apenas uma das pontas e tinha o seu uso restrito a hospitais, na aplicação de remédios. Em 1947 ficou disponível para venda direta ao consumidor e indicado para o público infantil. Em 1963, as hastes foram mudadas de madeira para plástico.



Letras musicais

Foi o teólogo e musicólogo Guido D'Arezzo, no século 11 que deu nome às letras musicais. Ele cantava um hino que se tornava mais agudo a cada verso, assim como é a escala das notas musicais. Então, nomeou as notas com as primeiras letras de cada estrofe da música em latim: “**U**t queant laxis, **R**esonare fibris, **M**ira gestorum, **F**amuli tuorum, **S**olve polluti, **L**abii reatum, **S**ancte **I**oannes”. A regra pegou, mas depois o “**U**t” virou “**D**ó” para facilitar a pronúncia.

Rolex

Em 1905, depois de estágios em relojoarias da Suíça, o alemão Hans Wilsdorf fundou com seu cunhado a Wilsdorf & Davis. Em 1908, Wilsdorf batizou os seus relógios de Rolex, nome facilmente pronunciável em todas as línguas europeias. Mas foi somente em 1925, depois de uma grande campanha publicitária, que ele lançou a “coroinha”, logotipo do Rolex. O Rolex Datejust, de 1945, foi o primeiro relógio de pulso a exibir datas no mostrador.



Os dias da semana

O “sobrenome” nos dias de semana foi adotado no século V, quando a Igreja Católica mudou o nome dos dias na língua portuguesa. Até aquela data, a semana homenageava deuses romanos, estrelas e planetas. Mas, para os religiosos, isso não combinava com o cristianismo. Então, resolveram usar os numerais (como segunda, para o segundo dia) junto da expressão “feira”, que, em latim, significa “dia de festa”. E ficou assim. Nada mudou nas outras línguas de origem latina. Em espanhol, por exemplo, segunda-feira é lunes, em homenagem à Lua; terça é martes em homenagem a Marte, e assim por diante. Apenas sábado e domingo são iguais em português e espanhol.



Pela esquerda

Por que nas corridas os atletas correm no sentido anti-horário? Culpa dos cavalos. As primeiras provas de corrida em pistas fechadas aconteceram em lugares para a competição de cavalos – e quase todas as pistas têm curvas para a esquerda até hoje.



Código de barras

O Código de barras foi patenteado em 1949 pelo americano Bernard Silver, mas foi usado pela primeira vez somente em 1974, em um pacote de goma de mascar. Demorou 25 anos, porque a leitura ótica ainda era uma tecnologia pouco acessível. A decodificação (leitura) dos dados é realizada por um tipo de scanner, que emite um raio vermelho que percorre todas as barras. Onde a barra for escura, a luz é absorvida; onde a barra for clara (espaços), a luz é refletida novamente para o leitor. Os dados capturados nessa leitura ótica são compreendidos pelo computador, que por sua vez converte-os em letras ou números humano-legíveis. E você paga a conta.



Tudo se transforma

Entre os produtos químicos usados para a fabricação dos lenços úmidos, aqueles para bundinhas de bebês, está o Cocamidopropil Betaína. Ele é extraído do estrume da vaca e serve para fazer aquela espuminha de limpeza. É o mesmo componente usado nos detergentes de lavar louças. Portanto, se te contaram que do boi (e da vaca) só sobra o berro, não duvide.

Mais velhos, mais baixos

Os discos da coluna vertebral – bolsas cheias de um líquido gelatinoso que ficam entre os ossos da coluna – perdem água e endurecem com o passar dos anos. Isso faz com que a coluna se achate e deixe a pessoa mais baixa. Além disso, ao envelhecermos, os músculos perdem tamanho e ficam mais fracos, o que agrava o problema.



Cavalo de Napoleão

A piada sobre “a cor do cavalo branco de Napoleão” provavelmente foi inspirada em uma das imagens mais famosas do imperador francês, o quadro Napoleão Cruzando os Alpes, pintado por Jacques Louis David. Na tela, ele aparece todo estiloso, empinando um belo cavalo branco. Os especialistas afirmam que na verdade Napoleão saiu desse conflito galopando no lombo de uma humilde mula. Dizem que era uma mula preta de sete “parmo” de altura.



Salva de tiros

As salvas de tiros tiveram muito provavelmente, origem na tradição naval, quando um vaso de guerra disparava os canhões para o mar sem causar dano em terra ou a outros navios até que toda a munição fosse gasta, para mostrar que estava desarmado e que assim não tinha intenções hostis. No Brasil, durante o Império, assim como na Inglaterra, o imperador fazia jus à salva de 101 tiros. A salva de 21 tiros, a maior depois da oferecida ao imperador, era destinada à imperatriz, à família real e aos arcebispos e bispos em suas dioceses. Na República, a salva de 21 tiros passou a ser privativa dos presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

CONTROVÉRSIAS SOBRE A INDEPENDÊNCIA

No dia 7 de setembro, há 191 anos, D. Pedro I decidiu que o Brasil seria independente de Portugal. Sessenta e sete anos depois, em 15 de novembro de 1989, nosso país virou uma República – meio aos trancos e barrancos como conta o livro recém-lançado “1989”, do jornalista Laurentino Gomes.

Há vários fatos que aprendemos na escola (e muitas vezes esquecemos), de versões oficiais da nossa história. Mas, nós, brasileiros, podemos nos confrontar por posições políticas, econômicas e sociais, mas, convenhamos que ninguém perde a piada nesse país. Assim, proliferaram versões da história nem sempre verdadeiras, fruto de versões e até de ironias ou maledicências de historiadores ou penetras da história brasileira, que correm por aí. Por exemplo:

Contam que D. Pedro I voltava de uma visita à sua amante Domitila de Castro Canto e Melo - A Marquesa de Santos, quando recebeu uma nova carta de Portugal que anulava a Assembleia Constituinte e exigia a volta imediata dele para a metrópole. Ele e sua pequena comitiva estavam próximos ao riacho do Ipiranga. Altaneiro e vibrante, o imperador teria levantado sua espada e gritado: “Independência ou Morte”.

Essa versão foi emoldurada no quadro famoso de José Américo, com D. Pedro I garboso, peitudo, montado num alazão e cercado de soldados. Na verdade, dizem, ele montava uma mula e tinha meia dúzia de assessores ao seu redor. Mas o que ficou valendo foi a versão do quadro bonito. Os maledicentes garantem ainda que ele teria parado perto do riacho, porque enfrentava uma baíta crise de diarreia. Portanto, há controvérsias.

Portugal exigiu do Brasil o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas para reconhecer a independência de sua ex-colônia. D. Pedro I recorreu a um empréstimo da Inglaterra. Pronto. Começara a nossa dívida externa.

O nome completo de D. Pedro I era Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon.

Mas a Marquesa de Santos o chamava de “Demonão” (Titília e o Demonão - Geração Editorial, 352 páginas).

D. Pedro I teve oito filhos, sete do primeiro casamento e um do segundo. Além destes, o imperador teve outros seis filhos de relações extraconjugais, segundo historiadores que vasculharam suas escapadas palacianas e dizem que o homem era impossível.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br